

Abordagem fenomenológica da percepção e representação na Geografia.

Profa. Dra. Amélia Regina Batista Nogueira
ab.nogueira@uol.com.br
Universidade Federal do Amazonas

Em meio aos vários debates teórico-metodológicos traçados pela Geografia, o problema da percepção do espaço há muito tem interessado os geógrafos. Em suas pesquisas, Andrade (1987) enfatizou que desde a Antiguidade os gregos já demonstravam uma preocupação entre os dados psicológicos e o entendimento do meio ambiente. No século XVIII Montesquieu orientava que se procurasse identificar os caracteres dos povos como função das condições climáticas e morfológicas. Essas proposições provavelmente inquietaram os clássicos da Geografia francesa.

Em suas investigações sobre a questão da percepção na Geografia, Paul Claval (1974) aponta que no início do século XX, na França, uma série de trabalhos sobre o significado do espaço a partir da percepção das populações primitivas, passa a fazer parte das preocupações de vários pesquisadores, dentre eles, os clássicos da Geografia Francesa. A princípio as pesquisas se resumem em entender certas formas da percepção do meio ambiente e sua significação geográfica.

Em seguida os estudos geográficos demonstraram curiosidade pela maneira como o espaço era sentido e como era dividido. Várias teses irão introduzir na interpretação dos lugares “*uma parte da subjetividade coletiva*” dos grupos estudados, pois esses trabalhos se mostravam inicialmente reticentes quanto à valorização das percepções individuais.

Albert Demangeon concedeu um grande espaço nos seus trabalhos à interpretação das informações resultantes da análise da psicologia coletiva. Considerava a análise psicológica perigosa quando valorizava fatos de consciência individual. Seus trabalhos seguiram dando ênfase ao conhecimento que era manifestado pelo conjunto da população.

Jean Brunhes também vai demonstrar em suas reflexões um interesse pelos fatos culturais, pelos comportamentos e pelas crenças locais. Seguindo essa mesma preocupação, Deffontaines interrogava-se sobre as atividades das civilizações frente à morte e à vida. Contudo, o interesse pela forma de como o espaço é vivido foi ficando à

margem por influência ainda desses clássicos franceses que aos poucos foram deixando de lado essas discussões. Pois como indicou Claval (1974), quando os trabalhos ampliavam muito a parte reservada ao sentido da vivência local, “*uma certa reticência se manifestava, para muitos esta era uma atitude perigosa ou, pelo menos presunçosa*”.(CLAVAL, 1974- 246)

Apesar dessas “reticências” a Geografia francesa deu mais importância aos debates sobre a percepção e ao seu papel na organização do espaço que outras importantes escolas. Andrade (1987) nos lembra que a discussão sobre a percepção também esteve presente nos diálogos entre as escolas deterministas e possibilistas nos primórdios da Geografia Moderna. Houve, segundo ele, proposta de uma Geopsicologia. Os idealistas dessa nova “linha” de estudos procuraram, estudando os povos dominados que viviam em civilizações primitivas, apreender o conhecimento que essas civilizações tinham da natureza. Tentavam entender de que maneira esses povos percebiam o espaço e o que faziam para organizá-lo. Nota-se que os estudos da percepção na Geografia não é apenas parte de um momento da história do pensamento desta ciência, o que vemos é que esta perspectiva se fez presente, mesmo que timidamente, nos debates teórico-metodológicos nos seus vários momentos. Conforme constatamos, a curiosidade pelos fatos culturais e locais na Geografia Alemã e Americana foi marcada pela tradição naturalista ou por traçarem sua descrição dos lugares de forma neutra e influenciada pela psicologia comportamental, segundo o modo behaviorista, ou ainda pela preocupação científicista que marcava o ponto de vista metodológico nesses países.

Apesar da influência da Geografia francesa, foram os países anglo-saxões que retomaram o interesse pela questão da percepção na Geografia. Nesta retomada, a valorização deste tema é motivada mais pelos geógrafos que criticavam a chamada “revolução quantitativa” na Geografia que pelo interesse em explorar os universos vividos. Segundo Brookfield (1973), os estudos sobre a percepção do meio rivalizam com a outra grande obra inovadora na Geografia Moderna, a “revolução quantitativa”.

Já Paul Claval (1974), em suas investigações, aponta que foi primeiramente dialogando com os economistas que estariam preocupados com os empreendimentos da economia espacial, que os geógrafos elaboraram trabalhos nesta linha de estudos. Assim, os estudos de muitos geógrafos eram elaborados no intuito de dar resposta aos anseios desses economistas. Neste sentido, foi que Juliam Wolpert, debatendo com tais economistas o problema da migração, tenta tirá-la da explicação meramente econômica,

para propor um outro quadro: o de que a decisão de sair de lugar é definida pela imagem que os indivíduos têm dele. Alguns autores reconhecem que Wolpert inaugurou o que depois chamaremos de Geografia Comportamental, “*unificada por uma preocupação de construir a teoria geográfica com base em postulados que considerem o comportamento humano*”.(CLAVAL, 1974-246)

Todavia, os trabalhos que irão predominar nas pesquisas sobre percepção na Geografia são os que trarão a preocupação com a questão da organização do espaço com olhar voltado para os problemas das catástrofes naturais e da influência climática nessa organização. Esses fenômenos naturais, nas décadas de 30 até 40, eram constantes nos Estados Unidos, fazendo com que as pesquisas de vários cientistas se voltassem para os estudos que relacionassem a percepção do meio com eventos catastróficos. Na Geografia, os pesquisadores Gilbert F. White (1961) e Robert Kates passam a investigar sobre a percepção do risco de inundação das avenidas fluviais, sendo seguidos pouco depois por Jan Burton em parceria com R. W. Kates (1964). White em 1975 defendeu tese sobre as adaptações humanas às enchentes. “*Daí em diante o tema torna-se popular*” (CLAVAL 1974, p. 248) Johnston (1986) em estudo a respeito da Geografia Comportamental historia todo este momento do pensamento geográfico, descrevendo os principais trabalhos da época como, por exemplo, os de Kates, outro expoente da chamada Geografia Comportamental que propôs um esquema (procedimento muito adotado por esses trabalhos) que considerava relevante para explicar a relação comportamental entre o homem e o meio. Este esquema partia de quatro pressupostos:

- 1- Os homens são racionais quando tomam decisões;
- 2- Os homens fazem escolhas;
- 3- As escolhas são feitas com base no conhecimento;
- 4- A informação é avaliadora de acordo com critérios predeterminados.

O estudo de Kates procurava entender por que as pessoas escolhem viver em áreas que são sujeitas às cheias. Esses trabalhos, ainda em debate com os economistas, buscavam através das percepções das populações locais, compreenderem como essas faziam para enfrentar esses problemas e entender qual a relação delas com o meio ambiente. As intenções dessas pesquisas eram a de avaliar se as decisões tomadas pelas pessoas do lugar seriam válidas ou não ou se tecnicamente poderiam ser revistas e modificadas. O que quase sempre ocorria, pois no fim a proposta do pesquisador técnico predominava nas tomadas de decisões a respeito da reorganização do lugar. Essa abordagem até hoje faz parte dos trabalhos ligados à percepção do espaço na Geografia.

No Brasil, várias pesquisas foram construídas com esta argumentação. Dentre eles o mais recente é de Xavier (1999), que apesar de indicar a fenomenologia como uma perspectiva diferente na interpretação da relação homem-meio assinalando a discussão de Yi-Fu Tuan, opta, ao avaliar a percepção que uma dada comunidade constrói sobre o deslizamento de encosta, pela explicação de causa-ação. Retomando a perspectiva de Burton e Kates, Xavier amplia o conceito de riscos naturais falando também dos riscos causados pela ocupação humana. O objetivo deste autor em seu trabalho é o de verificar o que a população faz para se proteger dos riscos das catástrofes naturais. Para ele é necessário entender qual a atitude do homem no espaço geográfico “*conduzindo assim, a esclarecimentos sobre suas relações com o meio ambiente*” (XAVIER, 1999). A respeito dos caminhos dos debates sobre percepção na Geografia brasileira, Rio e Oliveira (1999) publicaram recentemente obra onde demonstram e sistematizam, através de vários textos de diferentes autores, que a percepção nas pesquisas brasileiras ainda está muito ligada à questão ambiental de compreensão da relação homem x ambiente, tendo como objetivos avaliar esta relação e sugerir a melhor forma de organizar o ambiente.

Paul Claval chama atenção para o fato de que apesar desses trabalhos lidarem bastante com a categoria percepção, as reflexões dos psicólogos não pesam em nada nessas primeiras pesquisas dos geógrafos, como se a percepção fosse um assunto ainda dos economistas. Vê-se em algumas delas apenas referências pequenas de Piaget e Inhelder (1936-1948) sobre a percepção do espaço na criança e a construção progressiva das bases geométricas do espaço (CLAVAL, 1974, p.250). As pesquisas de Piaget e Inhelder aqui no Brasil, anos depois irão influenciar fortemente a Geografia da percepção. Mais precisamente na década de 70 quando são revisados os estudos sobre o ensino no e pelo mapa. Esse tema levou muitos geógrafos a investigarem como se dá a construção do espaço na criança. A Geografia brasileira buscou nos estudos de cognição esta explicação. Desenvolve-se a partir daí muitos questionamentos, onde o conceito de percepção estava ligado à psicologia piagetiana, situada dentro do escopo da cognição, compreendida como o “*processo mental mediante o qual a partir do interesse e da necessidade, estruturamos e organizamos nossa interface com a realidade e o mundo, selecionando as informações percebidas, armazenando-as e conferindo-lhe significado*”.(OLIVEIRA, 1999, p. 187)

A percepção, tomando como referência às análises piagetiana, é filtrada pela mente. Sustentando-se nesta proposição, por muito tempo, se acreditou, acerca da

construção do espaço, que as relações espaciais topológicas são as primeiras a serem apreendidas pela criança. A partir delas é que se chegam às relações espaciais projetivas e euclidianas. Portanto, segundo Oliveira(1975), os primeiros mapas que as crianças deveriam manipular deveriam ser os topológicos. A preocupação era com o espaço geométrico, onde se adotou o modelo matemático para explicar os fenômenos espaciais. Hoje já se admite a busca de modelos não euclidianos para descrever essas relações.

Embora muitos desses trabalhos tenham sido importantes para o debate sobre o ensino de Geografia, especialmente através dos mapas, mesmo que na perspectiva geométrica, limitou-se o estudo da percepção à concepção piagetiana, fazendo por muito tempo, e ainda hoje, que toda a discussão que diz respeito à percepção na geografia brasileira seja relacionada com as concepções piagetianas de cognição. Oliveira, uma das insistentes pesquisadoras, que tem o mérito de ter divulgado os estudos de percepção do espaço na Geografia, talvez tenha sido mal interpretada ao afirmar:

“A Geografia precisa fundamentar suas investigações, no campo da percepção espacial, na teoria de Piaget, pois é a única que explica a percepção dentro de um contexto em que os aspectos perceptivos estão intimamente ligados aos cognitivos para a construção do espaço”.(OLIVEIRA, 1975-69)

Se o espaço se reduz a uma dimensão geométrica, as explicações piagetianas a respeito de sua compreensão podem dar uma resposta, embora nem assim sejam as “únicas”, conforme salientou a autora. Mas, se queremos tratar o espaço geográfico para além da abordagem geométrica, como lugar de vida, não é só nesta proposição que devemos nos apoiar. Se quisermos entender a percepção como a ação humana de compreensão do mundo, que se dá no momento em que o homem vai ao mundo, se ver no mundo, se construindo com ele, os estudos piagetianos não nos indica caminhos.

O debate a respeito da percepção e meio ambiente na Geografia continua. Desse modo, toda a década de 60 foi marcada por essa preocupação. Destacam-se neste momento os geógrafos da Universidade de Chicago, que assumem os trabalhos voltados para esta perspectiva. David Lowenthal realizou as primeiras pesquisas tomando como referencial, agora, a Psicologia, priorizando realmente a questão da percepção espacial. Em 1967, a Universidade de Chicago publica ata de um seminário dirigido por ele relativo à percepção do meio ambiente e ao comportamento. Paralelamente aos debates da Psicologia, a questão da percepção era tema entre os filósofos de formação fenomenológica, que procuraram compreendê-la em uma outra perspectiva, fazendo

críticas à interpretação que reduzia a relação do homem com o mundo a uma relação causa-ação. A Geografia neste momento, provavelmente ficou fora dos debates quanto à discussão filosófica da compreensão desta categoria, absorvendo o que vinha sendo posto pela Psicologia, embora desde a década de 50, Eric Dardel já fizesse fervorosa crítica a esse respeito. A Geografia, enfim, definiu-se pela explicação psicologista da percepção, como assinalou Downs: (1970) “*o tema da percepção na Geografia atual é parte de uma tendência mais geral, o da “revolução comportamental”*”.(JOHNSTON, 1986-176), Em nosso entendimento está aí um dos primeiros problemas que a Geografia irá enfrentar, ao absorver a discussão da psicologia, priorizará a mente, os processos cognitivos de construção da realidade e não a realidade dada através da experimentação, da convivência entre o homem e o lugar. Apesar desses debates terem centrado as discussões somente na perspectiva psicológica, esta tendência, nos chama atenção Milton Santos, “*representa, de certa maneira , uma ruptura com o economicismo e uma forma de restituição dos valores individuais*”. (SANTOS, 1987-67)

Numerosas pesquisas serão divulgadas para consolidar essa linha de trabalho na Geografia. Destacam-se, assim, os de Peter Gould,(que retomando Juliam Wolpert e sua teoria de tomada de decisão, entra no debate da questão da migração, concordando com a idéia de que os homens têm preferência por um lugar a partir da imagem que constroem dele. Gould, partindo desta idéia, irá investigar através de questionário aplicado junto a estudantes de três universidades americanas, como estes classificariam os quarenta e oito Estados americanos por ordem de preferência residencial. As informações que os alunos possuíam sobre os diversos Estados foram adquiridas não só pelo conhecimento direto, como através de informações de leituras, imagem de filmes, passagem pelos lugares, férias etc, o que Gould vai classificar como informações indiretas. Gould denominou essas imagens de Mapas Mentais que seriam as imagens construídas dos lugares percebidos. Na Geografia, Gould é o precursor desta denominação.

Apesar da importância dos trabalhos de Gould na divulgação da Geografia da percepção, alguns problemas são levantados. Fazendo uma pequena revisão bibliográfica a respeito da Geografia e percepção do espaço, Bettanini enfatiza que os trabalhos de Peter Gould aparecem sob o impulso da Geografia analítico-quantitativa. Uma característica da linha anglo-americana da década de 60. Aparecendo assim muito mais como trabalho ligado à Geografia Quantitativa que a da percepção. Mesmo assim,

Bettanini reconhece ter Gould feito uma cartografia das “superfícies de percepção”. Gould, a partir de sua pesquisa nos Estados Unidos, salientou que “um espaço” é tanto mais desejado quanto mais oferece perspectivas econômicas e sociais, o que já naquele momento tinha sido concluído por diversos outros pesquisadores. A intenção de Gould era criar um modelo de decisão que explicasse a questão da migração. A novidade dos trabalhos de Gould está em ter utilizado, para chegar a essas considerações, os Mapas Mentais dos lugares que cada estudante trazia “arquivado” em sua memória.

Essa pesquisa foi também feita por R. White, do Departamento de Geografia da Universidade de Bristol, junto aos estudantes ingleses. Nesse trabalho, seguindo a mesma metodologia de Gould, White procura medir a percepção espacial a partir de um questionário aplicado a crianças escolares (diferente de Gould que aplica questionário em estudantes universitários) que avaliam os municípios britânicos em termos de preferência espacial. A experiência é publicada em obra conjunta em 1970 com o título de *Mental Maps*.

A outra tendência de pesquisa sobre as percepções espaciais, em lugar de se perguntar sobre a avaliação do meio ou sobre as preferências espaciais, procurará ver como o espírito estrutura o espaço que percebe. A imagem que se vai estruturar na mente dos homens, a partir de suas percepções cotidianas, é que serão priorizadas. Kevin Lynch (1988) será o ponto de partida dessa concepção. Sua idéia é a de que “*o homem deve poder orientar-se, guiar-se no espaço*”. Sua investigação procurou ater-se nos elementos das paisagens apreendidas pelos cidadãos das cidades. Analisa através de questionários dirigidos a cidadãos de três cidades americanas, como estes percebem e como estão absorvendo a cidade através da imagem que eles fazem dela, como percebem a sua cidade, as coisas que estão presentes nos seu cotidiano. Para ele era em torno desses elementos que a imagem de cidade se formava. Lynch inspirou-se na Psicologia da Gestalt. Lynch até hoje é utilizado como referência pelos geógrafos no Brasil e no exterior. Pesquisadores que têm como preocupação a imagem da cidade e sua importância na elaboração dos planejamentos urbanos e ambientais. Em seus trabalhos levanta-se, a hipótese de que a imagem que o homem tem da paisagem, e não a paisagem em si, é que influencia o comportamento humano. No Brasil muitos trabalhos sobre a cidade são encaminhados dentro desta perspectiva, onde a percepção da cidade pelos seus cidadãos é considerada.

Bettanini (1986) lembra que as reflexões de Lynch, apesar de partirem de respostas individuais de apenas um pequeno grupo de pessoas, em relação à percepção

da cidade, tiveram o mérito de ter concluído que existe uma imagem pública, como superposição de muitas imagens individuais. No entanto, este autor chama atenção para a limitação dos estudos de Lynch, que utiliza o método subjetivo fundamentado somente nas representações fornecidas pelos entrevistados. Bettanini observa nas conclusões de Lynch que este apresenta certa confusão entre percepção e representação mental, recusa analisar a correlação entre classe social e morfologia urbana, leva em conta somente o caráter visível da cidade, deixando de lado os elementos “biográficos afetivos”. Além disso, colocou de lado a história da cidade, que se traduz em seu caráter monumental e simbólico, não se preocupando com as imagens de grupos marginalizados e até dos turistas. Apesar da procedência das críticas de Bettanini, não há dúvida de que os trabalhos de Lynch inauguram na Geografia mais uma linha de pesquisa que veio contribuir para o estudo das cidades na perspectiva da percepção.

Na euforia dos debates teóricos e para consolidar os estudos de percepção na Geografia, forma-se na Clark University, nos EUA, um grupo de estudos sobre percepção do lugar, dirigido pelo psicólogo David Stea e pelo geógrafo James M. Blaut, que se distinguiram por suas pesquisas. Em uma delas, Blaut verifica se as crianças com idade média de seis e sete anos reconhecem seus lugares através de fotografias aéreas. As fotos eram mostradas em seqüência e as crianças apontavam o que reconheciam em cada uma delas. Levando sempre em conta a percepção das crianças sobre seus lugares, Blaut desenvolveu um segundo momento da pesquisa onde verificou se elas seriam capazes de desenhar um mapa de seu ambiente, utilizando-o para resolver problema de circulação(OLIVEIRA 1977-66). Esses estudos contribuíram para as análises dos lugares através dos mapas no ensino fundamental e médio.

Nesse momento, dentro da Geografia, há uma forte tendência de desenvolvimento de propostas de estudos da organização do espaço através de modelos de explicação. Encaminham-se os trabalhos de percepção para esta perspectiva. Assim, são elaboradas muitas pesquisas ligadas à questão da percepção que propunham esquemas e modelos de explicação para a relação homem x meio ou o comportamento do homem diante do meio. Dentre essas proposições, havia a de que, do ponto de vista da percepção do meio, o homem move-se em uma série de esfera de amplitude crescente e em esfera de comportamento decrescente. Essas esferas são centradas a partir de cada homem, o qual percebe o mundo a partir de si mesmo, formando uma série de círculos concêntricos cada vez mais distantes e menos familiares. O mundo converte-se assim em um “universo egocêntrico”.

Absorvendo essas idéias, destacou-se Joseph Sonnenfeld (1968) que sistematizou o meio geográfico do ponto de vista egocêntrico, distinguindo vários níveis no meio humano. O nível mais amplo, o meio real objetivo e exterior quantificável seriam o meio geográfico. Dentro dele está o meio operacional, no qual se realizam as ações do homem. É o espaço de atividade de cada grupo. O homem só é consciente de uma parte desse meio, o que Sonnenfeld chamou de meio perceptivo. A percepção é o resultado da aprendizagem. Por último, o meio comportamental seria uma parte do meio perceptivo que motiva uma ação provocando uma resposta de comportamento. Muitas pesquisas foram elaboradas tomando como parâmetro essas reflexões. Predominaram as análises que entendem a percepção a partir de uma escala de aproximação, que vai desde o espaço pessoal até os mais distantes. Nesta linha de discussão, apresentam-se as pesquisas realizadas por Saarinen (1969), Bollnow (1969), Moles y Rohmer (1972).

Por toda a década de 60 e início de 70, continua a elaboração de modelos para explicar a relação da percepção com o comportamento e o meio real. Destacaram-se, também, os modelos de Brookfield (1962 e 1964), que demonstravam uma relação circular entre o meio real, meio percebido (imagem) e o comportamento. Nele um grupo humano chega a um meio real, já com informações. Seria uma percepção inicial e que foi construída através de informações indiretas. Ao se deparar com o meio real e apreender o que este é de fato, poderá tomar decisões diante dele.

Como podemos perceber, as primeiras abordagens sobre percepção têm como preocupação central o comportamento humano diante do mundo real. Segundo Johnston (1986) em estudo sobre a Geografia Comportamental, e conforme verificamos em outras leituras, “*a abordagem comportamental focalizou tópicos ligados à tomada de decisões em contextos espaciais*”. Todas as análises comportamentais tinham isto como eixo principal de discussão, além de estarem ligadas especialmente às questões do planejamento ambiental. Era necessário avaliar os comportamentos dos homens frente ao mundo real para propor “decisões” de organização espacial.

A perspectiva da Geografia Comportamental é indutiva, com o “*objetivo de construir generalizações a partir de observações de processos em andamento... e unificada por uma preocupação de construir a teoria geográfica com base em postulados que considerem o comportamento humano (...)*”(GOLLEDE (1969) citado por JONHSTON, *op. Cit* p. 182. Entre as pesquisas os métodos variam, mas a orientação geral permanece: generalizações indutivas conduzindo ao planejamento para a mudança ambiental.

Dentro dessa abordagem, também foram desenvolvidos trabalhos na área de estudo de climatologia. Procurava-se entender a relação clima x percepção para explicar os diversos comportamentos humanos diante das diferenças climáticas dos lugares. O geógrafo T. F. Saarinen investigou a percepção da seca nas planícies americanas. Interessou-se por analisar se as pessoas desses lugares eram conscientes da seca na região (1966). Seguindo esta perspectiva, G.S. Dunbar (1967) faz um estudo relacionando os estereótipos e percepção popular do clima. Seu trabalho tinha como um dos objetivos analisar os depoimentos dos moradores locais sobre o clima do lugar e ver como as informações foram traduzidas pelos climatólogos quando chegavam à conclusão sobre o tipo de clima. As pesquisas foram retomadas por Vide (1990) na década de 90, ele vai prosseguir nos seus estudos ligados ao clima urbano, com as preocupações entre o clima e a percepção. No Brasil, recentemente, Sartori m(2000) defendeu tese sobre a questão climática e a percepção. Enfatiza que há uma interferência significativa entre clima e comportamento do homem frente a seu ambiente. Partindo deste pressuposto, demonstra, através dos estudos da bioclimatologia, a ligação entre clima e saúde.

Encontramos, ainda hoje, pesquisas que utilizam métodos positivistas para avaliarem a relação homem x meio. Essa perspectiva é muito utilizada, sobretudo por geógrafos que trabalham especialmente com a questão do planejamento ambiental. Nela, ainda predomina a idéia de que há uma relação causal entre percepção e o mundo real, em que os nossos comportamentos ainda são definidos pela forma como percebemos a realidade. O conhecimento que se constrói na relação vivida não é considerado. A realidade é analisada separada do sujeito, como se este a observasse, distanciando dela, numa relação entre sujeito x objeto.

Apesar dos estudos positivistas terem predominado nas pesquisas da percepção, outras investigações irão empenhar-se a fim de procurar novas alternativas. Visão metodológica que se construiria, conforme já coloca este texto, paralelamente às positivistas, sendo muitas vezes sufocadas por elas ou até confundidas com elas. Todavia, diferentemente das positivistas, buscam filosofias com uma orientação mais humanista.

Jonhston nos demonstrou que já em 1947 o geógrafo Jonh K. Wright, quando introduziu o termo GEOSOFIA, tinha como preocupação central a valorização do conhecimento do homem comum e o reconhecia como geográfico. A sua Geosofia foi uma tentativa de resgatar as percepções humanas como saber que fossem tomados como

verdades sobre os lugares. Afirmava ele que o conhecimento geográfico “ é universal entre os homens”. Sua aquisição é condicionada pela complexa inter-relação de fatores culturais e psicológicos.

Os estudos de Wright, mesmo indo de encontro às análises positivistas da Geografia do momento, não chegaram a incomodar as idéias positivistas. Assim, suas proposições passam toda a década de 50 sem ter merecido qualquer citação. Outro importante trabalho desenvolvido na mesma época, e que avalia de forma crítica o positivismo na Geografia, foi o do geógrafo britânico Kirk (1952). Indicado como sendo um dos primeiros a chamar atenção para as interpretações fenomenológicas, publica em revista indiana texto em que enfatizou a importância da filosofia com base na fenomenologia.

Jonhston chama atenção para o fato de Kirk (1952) ter acentuado que o ambiente não é uma “coisa”, mas, antes um conjunto com “forma”, coesão e significado que lhe são adicionadas pelo ato de percepção humana. Kirk reconhece haver nos lugares dois ambientes separados, mas não interdependentes. Um dos fenômenos é um ambiente comportamental, que é a porção percebida e interpretada do ambiente. Contemporâneo deste, Dardel insiste na França que a Geografia dê atenção a compreensão fenomenológica de mundo. Para ele a percepção não se dá na relação, mas, na inter-relação, pois o homem e o mundo não existem separadamente. A geograficidade apontada por Dardel, demonstra-nos que a percepção não é um processo simples de estímulo x resposta. Ela se dá a partir da presença do homem no mundo, no lugar.

Toda essa discussão só foi lembrada no início da década de 60, quando David Lowenthal, tomando conhecimento das proposições de Wright, reconheceu-a como mais uma contribuição e se sustentou nela para inaugurar sua Geografia Pessoal e poder sustentar que “ *em qualquer sociedade, os indivíduos com embasamentos culturais semelhantes que falam a mesma língua, ainda assim, percebem e compreendem diferentemente o mundo*”

“*a superfície da terra é modelada, para cada pessoa pela refração através de lentes culturais e pessoais de costumes e fantasia. Todos somos artistas e arquitetos da paisagem, criando ordem e organizando o espaço, o tempo e a causalidade de acordo com nossas interpretações e predileções*”. (LOWENTHAL, David, citado por JONHSTON (1982) – 26. Lowenthal atenta para o caráter antropocêntrico da visão de mundo. Não incorporará a linha positivista, assim como Wright não incorporou. Quando

publica sobre a epistemologia da Geografia, sugere um tema praticamente novo, no qual insiste sobre a importância do vivenciado, dos sistemas de significados e das perspectivas fenomenológicas.

Essas pesquisas, que olhavam a percepção enquanto conhecimentos sobre os lugares adquiridos na inter-relação do homem com o mundo, começam a fortalecer-se desse período em diante (década de 60). Apesar da insistência dos debates, eles não foram suficientes a ponto de sucumbirem às investigações com caráter positivista. O viés da Geografia da Percepção que explica a relação homem x mundo como uma relação de estímulo-resposta, fundamenta até hoje muitas pesquisas. Os esforços dos geógrafos que partiam da interpretação fenomenológica foram o de mostrar um outro caminho nos estudos geográficos.

O debate em relação à questão da percepção, como já colocamos, foi objeto de reflexão não só da Psicologia, como também da Sociologia, Antropologia, Filosofia. E é com alguns trabalhos dessas duas últimas áreas que a Geografia vai tentar estabelecer um diálogo para melhor compreender essa categoria nas pesquisas geográficas. Da Psicologia acompanharemos as publicações que extrapolaram os limites da explicação comportamental do espaço, como, por exemplo, os de Abraham Moles e Elizabeth Rohms que desenvolveram uma psicologia do espaço.

A tendência nas atuais pesquisas

“é compreender como, desde o nível da percepção, o homem instala sobre os objetos que percebe uma rede de significados que refletem sua experiência, o grupo no qual é formado e algumas de suas aptidões: cada indivíduo cria assim, em parte, o meio ambiente que vivencia” (CLAVAL- 251).

Os estudos da percepção pela Geografia visam muito mais que os esquemas e modelos da linha comportamental. Ela tenta compreender o que une o homem e a Terra, o que o enraíza, o que dá a sua vivência uma identidade particular aos lugares. Evoca-se uma *“Geografia de arquétipos comuns aos indivíduos e aos grupos e que guiam as formas que eles impõem ao mundo: o privilégio do círculo, o papel do lar, do sótão, do porão”*(CLAVAL- 252). O mundo vivido passa a fazer parte dos trabalhos dos geógrafos não apenas como dados objetivos com fins de melhor planejar o ambiente, mas, como saber que será necessário para o entendimento daquele lugar. O pesquisador o interpretará com mais veracidade e se ver envolto com ele. Se não vivendo nele, permitindo que quem vive fale sobre ele. Os estudos de percepção na Geografia

prosseguem até hoje, sendo parte das várias tendências teóricas e metodológicas desta ciência.

Caminhando para uma nova tendência retomam-se todos aqueles pesquisadores que foram sufocados pelas análises positivistas. Os conceitos de Kirk, de ambiente comportamental, foram revistos por muitos geógrafos culturais e históricos. Dentre muitos, é bom lembrar os trabalhos do também britânico Brookfield(1969), que já havia experimentado anteriormente, as explicações a partir dos modelos de construção de comportamento. Ele deu continuidade a suas pesquisas repensando àquela análise. Chama atenção para os estudos dos lugares. Ressalta que a percepção ambiental dos habitantes do lugar deveria ser o ponto de partida. Criticou os estudos que isolavam o ambiente percebido e os estruturavam de acordo com uma metodologia analítica. A atitude de Brookfield reforça a idéia de que os estudos da percepção na Geografia estiveram sempre presentes ao longo da história do pensamento desta ciência, ora sendo apontada como a discussão do momento, ora sendo reavaliada, estando embutido nos seus debates sempre uma preocupação com as novas interpretações dada a relação homem x mundo.

Seguindo esta linha de compreensão do mundo, através da percepção dos homens, os geógrafos chamados históricos, tradicionalmente utilizavam-se do conceito de ambiente percebido. Tinham como objetivo estudar uma trilogia de mundo:

“o mundo real, tal como registrado nos documentos e nas paisagens; o mundo abstrato, tal como representado por modelos gerais da ordem espacial no passado, e o mundo percebido: “ mundo pretérito visto através dos olhos de contemporâneos, percebidos de acordo com suas preferências e seus preconceitos culturalmente adquiridos, moldados nas imagens de seus mundos presumidos”(PRINCE (1971), citado por JONHSTON, op. Cit.-198).

Estiveram presentes no debate, também os geógrafos idealistas, que fizeram pesadas críticas à concepção comportamental de percepção e a tendência modelística. Criticavam, além da insistência na busca de teorias e modelos, o fato desta tendência, pretensiosamente, criar leis e fazer generalizações. Apesar de todas as críticas feitas por vários geógrafos que procuravam alternativas metodológicas para a compreensão da relação perceptiva do homem com o mundo, foram as análises e proposições fenomenológicas que marcaram e romperam definitivamente com as proposições científicas e positivistas nos estudos da Geografia da Percepção. Como já descrevemos, a fenomenologia nos propõe basear nossos estudos no mundo vivido, no

mundo da experiência humana. Nas interpretações fenomenológicas não há um mundo objetivo independente da existência humana. Todo conhecimento resulta do mundo da experiência.

Logo, todo ambiente é único para cada indivíduo, pois cada um, além do interesse coletivo adquirido socialmente, traz muito presente seu ponto de vista pessoal, suas próprias percepções, que são construídas a partir de sua relação com aquele lugar, relação esta que é resultado de sua história e experiência individual. Desse modo, a intersubjetividade é o foco de estudo onde se leva em conta não a subjetividade do pesquisador, mas dos homens que vivem e experienciam o mundo do qual o pesquisador também faz parte.

Aqui a percepção é tratada como o ato primeiro do conhecimento. Partindo dessa proposição, Tuan(1988), publica seus primeiros trabalhos em que critica as avaliações positivistas e reorienta os debates para um viés mais humanista. Aponta para o fato de que *“as abordagens científicas usadas no estudo do homem, tendem a minimizar o papel da percepção e do conhecimento humano”*.(TUAN, 1988- 267)

Para reforçar os debates, Buttimer enfatiza o conceito de mundo vivido, que na França estava presente através do canadense Armand Fremond. Esta temática rejeita o positivismo como método, por ele separar o observador do que ele está estudando. Nas reflexões em relação ao mundo vivido as pesquisas são desenvolvidas com a intenção de interpretar e compreender o mundo através do saber produzido pelos homens que vivem os lugares. O objetivo dessa proposta também é o de mudar o tratamento dado à relação perceptiva entre o homem e o meio, encaminhado pela Geografia Comportamental, que, atrelada ao planejamento, tomava o saber dos homens com relação aos lugares, como dado que seria quantificado, para que os dados coleados pudessem fornecer informações que indicassem a melhor forma de planejar o espaço. Buttimer contesta esta posição, propõe que

“um geógrafo existencialmente consciente está(...) menos interessado no estabelecimento de controle intelectual sobre o homem, através de modelos analíticos pré-concebidos, que em encontrar pessoas e situações de um modo aberto, intersubjetivo”.

A partir dessas avaliações a questão da percepção na Geografia toma novo rumo. Passa a ser pensada como o ato humano de compreensão do mundo em que se vive. O perceber não é tratado como uma capacidade psicológica, mas como um ato que acontece no momento que o Ser vai ao mundo. Percebe-se no mundo. Bailly (1997) nos

lembra que *“a relação percebida implica forçosamente um quadro de vida, memória e imaginação, a imagem, estruturada pelo espírito humano, é, de fato, uma relação de familiaridade”* (BAILLY, 1997-24).

No Brasil já podemos contar com algumas pesquisas que foram elaboradas com essa preocupação, dentre elas a de Machado que tomando por referência os estudos de Topofilia de Tuan e das discussões fenomenológicas de Relph, tratou a percepção como o conhecimento que se dá na inter-relação homem x mundo. Reconhecendo que

“a pesquisa convencional não fornece descrições da experiência, porque separa pessoa e mundo; pessoa (corpo, mente, emoção, vontade) e mundo estão engajados em um processo que implica fenômenos perceptivos e não pode ser estudado como evento isolável da vida cotidiana das pessoas. É, portanto, o homem quem percebe e vivência as paisagens atribuindo a elas significados e valores” (MACHADO 1998-98)

Encontramos também nas investigações de Bonfim (1998) as categorias percepção e representação sendo tratadas como saber sobre o lugar, adquirido a partir das experiências de vida. Bonfim(1998) valoriza o saber que é construído na relação do homem com o lugar. Os debates encontram apoio na Filosofia fenomenológica. Procuraremos, seguindo este mesmo nível de inquietude, discutir o tema da percepção na Geografia apoiando-nos nas contribuições de Merleau-Ponty.

Merleau-Ponty teve como objetivo central desvendar o mundo vivido. Para ele isto só é possível a partir da valorização do saber que eu e os outros adquirimos ao longo da existência. Argumenta que *“buscar a essência do mundo não é buscar aquilo que ele é em idéia, é buscar aquilo que de fato ele é para nós antes de qualquer tematização”*. Ou melhor, antes da sistematização do conhecimento, já compreendo o mundo em que vivo, já o tenho em mim e já me vejo nele. *“O homem estar no mundo é no mundo que ele se conhece... ele é o meio natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas”*. Essa percepção está carregada de manifestações culturais, memórias, sensações, imagens, linguagens. O enfoque clássico da percepção da qual a Geografia sempre fez uso, ignora essas manifestações, ou no máximo toma uma delas como referência.

Merleau-Ponty (1997) considera os enfoques clássicos preconceituosos e vê como necessária a volta à experiência vivida pelo indivíduo no seu cotidiano e não explicadas por construções criadas por teorias. É preciso entender a percepção como primeiro acesso às coisas e o fundamento do conhecimento, que deve ser compreendido na totalidade.

“O empirismo reduziu o mundo a um espetáculo e o nosso próprio corpo a um simples mecanismo... tornou incompreensível o significado pré-reflexivo primordial que o mundo tem para nós, como “sujeitos encarnados”, e que torna o mundo não mais um espetáculo, mas um “lugar familiar de nossa vida”. (MERLEAU-PONTY, apud BICUDO, 1997-45)

Merleau-Ponty criticou e rejeitou as concepções mecanicistas de interpretação da relação homem x meio, pois esta transformou o corpo vivido em um sistema de partes num sistema de relações causais, transformando o comportamento humano num padrão de estímulo e resposta. A percepção seria o resultado desses estímulos que estariam sendo captados pelo cérebro. Uma relação puramente mecânica do corpo. Contrário a tal análise, Merleau-Ponty propunha que *“o comportamento do ser humano tem uma intenção, um sentido, para conhecê-lo é necessário compreender o seu significado”*. Merleau-Ponty tratou o homem e sua relação com o mundo como uma relação onde este percebe o mundo e o vive colocando-se ao mundo na sua totalidade física e espiritual. Percebemos o mundo com todo o corpo. Ao segurar um objeto, não estou apenas conhecendo-o com o tato, estou, ao mesmo tempo, vendo-o, sentindo o cheiro, o sabor. Além disto ele é animado por relações imaginárias com o mundo. No perceber, todas essas manifestações vêm à tona numa relação dialética. É uma relação de existência entre os homens e o mundo.

O conhecimento adquirido pela percepção é tratado por Merleau-Ponty não como um grupo de dados a serem experimentados e analisados, mas como *“o primeiro ato filosófico”*. O conhecimento perceptivo se dá por estarmos engajados nas coisas, no mundo, *“eles coexistem comigo enquanto sujeitos encarnado”*(MERLEAU-PONTY-252) envolvidos com o mundo vivido. *“A percepção do mundo está carregada de subjetividade e o sujeito percebe o que o mundo reflete”* MERLEAU-PONTY- 276). Esse saber deve ser reconhecido pela ciência e valorizado como a realidade do lugar. O sujeito da percepção não pode ser ignorado, como o fez até aqui o pensamento objetivo. Ao contrário, o sujeito perceptivo deve ser concebido como aquele que possui o saber primeiro sobre o lugar. O sujeito traz conhecimento que não é descrito pelos cientistas por falta de vivência dele com o objeto, e por falta de contato intersubjetivo com as coisas da qual se fala.

“Existem sensações que são estados ou maneiras de ser do sujeito e que, a esse título, são verdadeiras coisas mentais. O sujeito perceptivo é o lugar dessas coisas, e o

filósofo (ou cientista) descreve as sensações e seu substrato como se descreve a fauna de um país distante, sem perceber que ele mesmo percebe que ele também é sujeito perceptivo e que a percepção, tal como ele a vive, desmente tudo o que ele diz da percepção em geral e que muitas vezes foi descrita por ele de forma objetiva. É preciso que se reconheça que todo saber se instala nos horizontes abertos pela percepção” (MERLEAU-PONTY- 279-280) e que existem “*verdades assim como existem percepções*”... *toda consciência é, em algum grau, consciência perceptiva*” .(MERLEAU-PONTY- 528-529)

A percepção não poderia ter ficado fora das nossas discussões geográficas, pois ao geógrafo cabe desvendar, descrever e representar o mundo. O problema estava e está em saber qual mundo queremos desvendar e para quem produziremos nosso conhecimento a respeito dele. Ao longo de toda sua história de produção teórico-metodológica, os geógrafos e professores de Geografia tentaram responder essa questão.

Na maioria dos posicionamentos, o saber apreendido dos lugares era apropriado e transformado em dados estatísticos para o planejamento estratégico de intervenção no espaço ou para os planejamentos urbano e ambiental. A percepção como saber primeiro sobre o mundo e o reconhecimento do saber trazido pelos homens que vivem os lugares, que fazem deles seus “mundos vividos”, foi colocado à parte. Somente com as intervenções de alguns geógrafos que construíram suas pesquisas, sob um viés fenomenológico, é que se deu atenção para o homem do lugar. Dardel nos chamava atenção para o fato de que “*a percepção nos dá acesso a uma certa intimidade da matéria geográfica... a realidade geográfica está muito ligada a existência particular*” (DARDEL 1990- 49). Insistia que há uma relação existencial entre o homem e a terra, uma relação intersubjetiva.

“ *A Terra (o mundo- o lugar) é a base, é o acontecimento mesmo do sujeito, fundamento de toda consciência, acordando-se a ela mesma, anterior a toda objetivação ela se junta a toda tomada de consciência, ela é para o homem, aquilo que surge no ser, aquilo sobre o qual ele ergue todas as suas obras, o solo de seu habitat, os materiais de sua casa, o objeto de seu trabalho, aquilo o qual ela adapta sua inquietação de construir e de erigir... Quando nós queremos reduzir o geográfico a uma pura consciência objetiva, o elemento propriamente terrestre se desfalece*”.(DARDEL 1990- 48)

Dardel trouxe para a Geografia a preocupação com o saber produzido cotidianamente na relação homem x mundo. Reconhecendo esta relação como

existencial, portanto carregada de valores subjetivos, onde o real, o simbólico e o imaginário se manifestam conjuntamente, fazendo parte das produções dos lugares de vida. *“Esta relação viva dos homens com o lugar determinado fazem realmente deles, em sentido rigoroso, “gente da terra”, autóctone, diziam os gregos “.(DARDEL, 1990, p.67)* A ligação dos homens com os lugares não são, portanto, uma relação causa-ação, uma relação comportamental como outrora acreditou a Geografia, mas sim uma relação existencial. O homem não responde ao movimento da Terra, pois não está fora dela, está nela, construindo seus lugares e refletindo sobre eles. O que apreende dele, o que percebe dele, é o reflexo de sua própria existência.

Queremos, por conseguinte, introduzir esta importante contribuição deixada por Dardel ao pensamento geográfico e encaminhar nossas pesquisas despidendo-nos das nossas verdades, colocando-as entre “parênteses”, procurando ver as informações dos homens e mulheres que estão inseridos no mundo como saber construído ao longo de sua existência.

A Geografia Clássica sempre teve como preocupação não só descrever e pensar o espaço, mas representá-lo. Como o espaço foi encarado também nas suas relações geométricas, a representação gráfica priorizada por esta Geografia foi coerentemente a que tem como objetivo principal a exatidão da localização dos lugares. Deu-se ênfase, portanto, ao espaço objetivo. Como queremos desvendar os lugares partindo das percepções, dos saberes e conhecimentos cotidianos dos homens com relação aos lugares, buscamos nos envolver com uma representação que nos mostrasse o conhecimento dos lugares manifestados sem a precisão geométrica. Desse modo nos deparamos, ao longo de nossas pesquisas, com os Mapas Mentais. Os Mapas Mentais foram por nós interpretados como representações construídas a partir das percepções dos lugares vividos, experienciados. É a representação da forma de como o homem percebe, representa, descreve e vive o lugar.

Mapas elaborados a partir das imagens que temos dos lugares vividos, *“essas imagens os homens constroem pouco a pouco, e sua visão de mundo, seus valores, vão formando-se a partir dela, o que o homem sabe do espaço é adquirido a partir do que ele vê e percebe”*. Ou ainda do que ele experiencia e vive. Para nós, estudar os Mapas Mentais, levando em conta que eles são representações dos lugares vividos, *“é reconhecer os lugares freqüentados, definir itinerários, situar o homem-habitante no seu quadro familiar de existência... o espaço não é tratado aqui apenas como suporte das localizações.”* É tratado como lugar de vida, base da existência humana.

Acreditamos que há ainda muitas dúvidas quanto ao uso deste recurso para a compreensão da relação do homem com o lugar e de sua representação. Por isto, voltamos ao debate, atendo-nos somente aos trabalhos que pensam os Mapas Mentais como uma representação do espaço vivido, onde os valores individuais e sócio-culturais estão timidamente representados através do destaque a uma igreja, a um monumento, a uma árvore, a um lago, a um rio... falando através destes símbolos percebidos e representados, o que é o lugar.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ANDRADE, M. C. Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico. S.P, ATLAS, 1987.
- BAILLY, A. La perception de L'Espace urbain. Paris. Centre de Recherche d'Urbanisme, 1977. pág. 24.
- BETTANINI, T. Espaço e Ciências Humanas. Petrópolis. Paz e Terra, 1986
- BONFIM, N. R. A Geografia da Percepção e a percepção da Geografia na escola. IN: GEOGRAFIA, Vol. 23(1), Abril de 1998. Rio Claro.
- BROOKFIELD, H. C. On the environment as perceived. In: Progress in Geography. International Reviews of Current Research, Londres, Edward Arnold. Vol. 1, 1969, pág: 51-80.
- CAPEL, H. Percepción Del medio y comportamiento geográfico. In: Rev. de Geografia. Dep. de Geo. de La Universidad de Barcelona, Vol. VII, Nº 1-2, Enero-Diciembre, 1973.
- CARMO, Paulo Sergio do, Merleau-Ponty: uma introdução. EDUC, 2000.
- CHEVALIER, citado por GUMUCHIAN, H. Lês representations em Geographie: definitions, métodos et outils. In: Représenter L'Espace. 1989.
- CLAVAI, Paul- A Geografia e a Percepção do espaço. Transcrito de L'Espace géographique, nº 3, 1974 pag. 179-187, Paris. Tradução Silvia Hiller, Revista Brasileira de Geografia RJ. 45(2), pag. 243-255, Abril/junho 19.
- DARDEL, Eric. La Terre et L'Homme. Paris, CNTS, 1990.
- JOHNSTON, R. J. A Geografia Comportamental e as alternativas em relação ao positivismo. In: Geografia e Geógrafos, DIFEL, SP, 1986, pág: 175-222.
- LYNCH, Kevin, A imagem da Cidade. Livraria Martins Fontes Editora Ltda. São Paulo, 1988.
- MACHADO, Lucy M. C. P. A Serra do Mar como espaço e como lugar. In: RIO, del Vicente e OLIVEIRA L. op. Cit. Pág: 98.
- MERLEAU-PONTY. Fenomenologia da Percepção. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- NOGUEIRA AMÉLIA R. B. Mapa Mental: instrumento didático no ensino de Geografia do 1º grau. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Maria Elena R. Simielli. DEGEO/USP. 1994, pág: 64.
- OLIVEIRA, Livia de Contribuição dos estudos cognitivos à percepção geográfica. In: GEOGRAFIA, 2(3), Rio Claro, pág: 66. 1977.
- RIO, Del Vicente e Oliveira, Livia, Percepção Ambiental: a experiência brasileira. Studio Nobel, Editora da UFSCar. São Paulo, 1999.
- SANTOS, Milton, Por uma Nova Geografia. Pág. 67.
- SARTORI, M. Das Graças, Clima e percepção, V. 1 e2, Tese de doutoramento, DEGEO/USP, S. Paulo, 2000.
- SONNENFELD, J.(1968) Geography, perception and the behavioral environment. Citado por JOHNSTON, R. J.(1986) op. cit.
- TUAN, Yi-Fu, Topofilia. Um estudo de percepção. DIFEL, SP, RJ, pág: 267.
- VIDE, J. Martins, La perception del clima en las ciudades. In: Revista de Geografia, V. XXIV, Barcelona, 1990, pág: 27-33.
- XAVIER, H. Percepção geográfica dos deslizamentos de Encostas em áreas de risco do Município de Belo Horizonte. Tese de doutorado, Rio Claro, 1999.

